

# Vestibular de democracia

RUI DOS ARCOS

**N**o Brasil de hoje, tomado de desilusão e pessimismo, os encontros entre empresários e sindicatos constituem acontecimento dos mais relevantes e acenam com novas esperanças para nossa vida pública. Ninguém, em sã consciência, espera que as conversações entre dois segmentos tão dispares da sociedade, até há pouco tempo habituados a viverem de costas uns para os outros, possam prosperar facilmente e vir, de pronto, a oferecer saídas viáveis à complexa crise brasileira, sobretudo ante a ausência do Governo e da classe política à mesa de negociações. O que chama a atenção, no entanto, é o simbolismo de que se revestem aqueles encontros à luz de uma nova consciência política de que o primeiro passo para a superação de nossos problemas seria a reorientação profunda do diálogo nacional.

A sociedade brasileira, de irresistível vocação paternalista, sempre privilegiou o verticalismo das relações sociais e, nesses termos, desenvolveu um modelo distorcido de administração, fundamentalmente incestuoso. Governo só conversava com Governo, empresários com empresários, trabalhadores com trabalhadores, de forma que o País se acostumou a estratificar-se entre os que decidem e os que reclamam. No meio, os interlocutores tradicionais do diálogo social tiveram de se adaptar às regras do jogo e cada um, a sua maneira, buscou a melhor posição em campo para, na hora da partida, poder influenciar na escolha do time e, bem assim, assegurar sua participação no bicho.

A grande revolução dos costumes, que os encontros entre empresários e sindicatos parecem estar querendo ilustrar, foi o processo constituinte. As expectativas alimentadas pelo advento da Nova República levaram todos os setores da sociedade a tentarem participar da redação do futuro texto constitucional. O volume das contribuições e a inevitável incompatibilidade jurídica e ideológica da maioria das propostas forçaram, em clima de euforia cívica, os parlamentares a se sentarem para negociar não só entre si, independentemente de filiações político-partidárias, mas também com a comunidade como

um todo.

Empresários, trabalhadores, servidores públicos, estudantes, índios, ruralistas, empregadas domésticas, brasileiros de todas as extracções políticas e sociais freqüentaram o Congresso Nacional na defesa de seus interesses e, de sua parte, os Constituintes passaram tanto tempo fora quanto dentro do plenário explicando e justificando seus respectivos pontos de vista. A sociedade inteira negociou o novo texto constitucional. E, agora, irremediavelmente contagiada por aquele exercício cívico-democrático, anseia por seguir negociando suas aspirações mais legítimas.

O processo constituinte resgatou a consciência política no Brasil. Que a nova Carta seja louvável ou criticável, revolucionária ou conservadora, é matéria de interesse histórico. Que mereça obediência irrestrita da coletividade e deva ter alguns artigos devidamente regulamentados o mais rapidamente possível são pontos pacíficos de discussão. O importante a destacar, no momento, é a inestimável contribuição já prestada à sociedade brasileira, ao haver-lhe recuperado o gosto pela vida pública. O País não é mais o mesmo. O brasileiro que emergiu do penoso e catártico processo constituinte é mais cômico de sua cidadania, mais disposto a participar de sua comunidade e muito mais sensível à coisa pública.

Daí as pressões em favor de um diálogo amplo e horizontal dentro da sociedade. Os empresários e os trabalhadores estão dando, nesse sentido, um importante passo à frente. Não nos iludamos, são enormes as distâncias a serem cobertas e cristalizadas continuam as desconfianças recíprocas, para não mencionar o desafio das metas a que se propõem alcançar — entre outras, recuperação dos níveis salariais dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, estímulo ao crescimento econômico. Mas, nem por isso os encontros deixaram de se realizar. E tampouco pela ausência do Governo, a quem caberia, em última análise, viabilizar os acordos, e da classe política, que os legitimaria perante a opinião pública.

Não há dúvida de que o Governo esteja prestando sua colaboração,

ainda que de maneira indireta. As medidas de controle do déficit público e o retorno do País à comunidade financeira internacional pavimentam, de certo, o caminho para o encontro de soluções para os problemas nacionais mais angustiosos. Mas, na própria área econômico-financeira, ainda são evidentes sintomas de verticalismo na estrutura de decisões e, no combate à inflação, para citar um único exemplo, fora um pacto nacional entre os principais interlocutores sociais, dificilmente se conseguirá contornar pelo menos os efeitos psicológicos do processo inflacionário, decorrentes, em grande medida, da desconfiança da sociedade em relação aos atos do Governo no setor de preços e salários.

Quanto à classe política, o panorama é curioso. Os mesmos interlocutores que, durante meses, souberam, a despeito dos obstáculos, levar a porto seguro a nova Carta e fazer vibrar os sentimentos cívicos mais altos da cidadania, não conseguem, agora, adaptar seu discurso político às aspirações do novo brasileiro, como o revela a apatia dos cidadãos nas pesquisas de opinião pública em relação às eleições municipais de novembro próximo. Para muitos analistas, a falta de sintonia entre os eleitores e os candidatos faria justiça ao perfil do novo brasileiro, mas poria em risco o papel insubstituível da classe política de mediação na sociedade entre os interesses da população e os do Estado.

O processo constituinte expôs o Brasil a um verdadeiro vestibular de democracia. Aos agentes sociais mais proeminentes, caberia fazer por merecer os novos tempos. Aos cidadãos, justificar as novas responsabilidades. As eleições de 15 de novembro serão um bom teste, mas não o primeiro. Hoje, agora, empresários e trabalhadores dispõem-se a conversar, a negociar, a estudar áreas passíveis de acordo. Aproveitemos o ensejo para ampliar e elevar o nível dos interlocutores e, bem assim, criar condições para sairmos de uma crise que, daqui a pouco, poderá ameaçar, muito mais do que as conquistas logradas com o processo constituinte e com a própria nova Constituição, os próprios alicerces da sociedade brasileira.